

ADOCIMENTO DOS TRABALHADORES NA AGROINDÚSTRIA DE FRANGOS

Mariele Stertz Ruschel¹

Rosana Mirales²

Resumo: O propósito da pesquisa realizada no mestrado em Serviço Social foi verificar e analisar a relação entre trabalho e adoecimento dos trabalhadores afastados na agroindústria de frangos de Dois Vizinhos – PR, visando melhor compreender o que leva os trabalhadores ao afastamento dos seus postos de trabalho, e também buscando identificar o trajeto percorrido nas suas buscas pelo enfrentamento ao adoecimento, no tratamento da doença, nas perícias médicas, na reabilitação ao trabalho ou manutenção do afastamento. Para isso, além dos estudos, pesquisas e revisões bibliográficas e documentais, considerou-se essencial dialogar com os sujeitos diretamente envolvidos nesse processo, ou seja, os trabalhadores afastados do Frigorífico de Frangos de Dois Vizinhos. A pesquisa confirmou que o processo de produção é organizador da vida social e assim, embutindo nele mesmo as causas das doenças sociais, que se alteram de acordo com os modos de produção vigentes, a partir de elementos que organizam a produção.

Palavras Chaves: Trabalho. Saúde. Doença.

¹ Assistente Social, bacharel em Serviço Social, pela Universidade Comunitária de Chapecó, especialista em Gestão Empresarial com ênfase em Gestão de Pessoas e Mestrado em Serviço Social pelo PPGSS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná na área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos. Contato: mariele@unochapeco.edu.br

² Professora, bacharel em Serviço Social, pela Universidade Estadual de Londrina/Paraná, com mestrado em Ciências Sociais e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/São Paulo. Atualmente dedica-se ao pós-doutoramento no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro e no Núcleo de Estudos sobre Políticas Sociais, Trabalho e Desigualdades do Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra/Portugal. Contato: mirales_ro@hotmail.com

THE HEALTH PROBLEMS IN CHICKEN AGROBUSINESS

Abstract: The purpose of the research carried out in the master's degree in Social Work was to verify and analyze the relationship between work and sickness of the outworkers in the broiler industry of Dois Vizinhos - PR, aiming to better understand what drives the workers away from their jobs, and also seeking to identify the path traveled in their searches for facing illness, in the treatment of the disease, in the medical examinations, in the rehabilitation to work or maintenance of the remoteness. For this, in addition to studies, researches and bibliographical and documentary reviews, it was considered essential to dialogue with the subjects directly involved in this process, that is, the workers removed from the Broiler of Two Neighbor Chickens. The research confirmed that the production process is an organizer of social life and thus, embedding in itself the causes of social diseases, which change according to the current modes of production, from elements that organize production.

Key words: Work. Cheers. Disease.

Introdução

Com referenciais teóricos da teoria social de Marx, buscou-se compreender e explicar o trabalho e os processos de trabalho, bem como precisar conceitos, em especial os relacionados à medicina do trabalho e à saúde do trabalhador, o que considerou a passagem histórica pela abordagem da saúde ocupacional. O objetivo geral foi analisar a relação entre trabalho e adoecimento dos trabalhadores afastados na agroindústria de Dois Vizinhos – PR; e os objetivos específicos: identificar o que leva os trabalhadores ao afastamento pelo adoecimento dos seus postos de trabalho; e identificar e analisar como se realizam as buscas pelo enfrentamento ao adoecimento

pelos trabalhadores, como o acesso ao tratamento da doença, a sua aprovação em perícia médica junto à instituição de previdência social e a sua posterior reabilitação ao trabalho.

O critério principal adotado para selecionar os trabalhadores que foram entrevistados, foi o seu afastamento do posto de trabalho pelo adoecimento, sem especificar o tipo ou a doença que o afastou de seu local de trabalho, adotando-se os pressupostos da ética em pesquisa. No total foram mantidos contatos com quatorze trabalhadores afastados de seus postos de trabalho. Destes contatos, oito decidiram não participar da pesquisa por variados motivos. Consideraram-se significativas as justificativas pela recusa, uma vez que, segundo eles, a aceitação poderia trazer consequências variadas para suas vidas.

Foram realizadas seis entrevistas com mulheres afastadas pelo adoecimento, em suas residências. As entrevistadas são identificadas por flores: Lírio, Cravo, Rosa, Antúrio, Violeta e Orquídea. As trabalhadoras que participaram da pesquisa pertencem aos Setores de Abate/Evisceração, Embalagem Inicial e Cortes do frigorífico.

Quanto à adoção de fontes secundárias de pesquisa, para agregar quantitativamente a pesquisa, foi solicitado à Agência da Previdência Social de Dois Vizinhos, as informações e dados dos afastamentos por Auxílio Doença (B-31) e Doença Ocupacional (B-91) dos funcionários do frigorífico do mês de abril de 2017. Foi obtida a resposta que a empresa possuía 131 trabalhadores afastados. Destes, 105 afastados por Auxílio Doença Previdenciários (B-31) e 16 por Auxílio Doença por Acidente do Trabalho (B-91, acidente de trabalho e doenças ocupacionais). No mesmo relatório o INSS informou que desde o ano de 2003 até abril de 2017, a unidade teve

2.086 benefícios cessados. Destes, 1.794 por B-31 e 292 por B-91. Levando em consideração os números apresentados, o número de benefícios acessados entre 2003 e 2017, segundo os dados do INSS, representa anualmente o percentual de 7% dos trabalhadores da unidade de Dois Vizinhos afastados e/ou doentes.

Considerando que o frigorífico de frangos de Dois Vizinhos teve nova alteração de CNPJ em 2017, solicitamos outra consulta ao INSS para nos informar o número de trabalhadores afastados e cadastrados sob o outro CNPJ. Tivemos a resposta de que nos meses de março a maio de 2017 constavam 18 trabalhadores afastados por auxílio doença e um por auxílio acidente de trabalho.

Desenvolvimento

Parte-se do pressuposto que ontologicamente, o trabalho é o que permite a gênese da existência humana e por meio dessa atividade humana essencial, o homem fez-se ser social e o trabalho é responsável pela relação do homem com a natureza por meio da luta pela sobrevivência, para a conquista da sua liberdade e para sua realização.

Nos pressupostos da tradição marxiana (MARX, 2015), a categoria trabalho é primordial para entender a diferenciação do homem dos outros animais, sendo importante entender as várias formas de processos de trabalho que precederam o modo capitalista de produção. Sem o trabalho a vida cotidiana não se reproduziria e, ao mesmo tempo, ela está resumida a ele, convertendo-o num esforço, que aprisiona e unilitariza os indivíduos, visto que no capitalismo, cada vez mais o trabalho se distancia de seu potencial emancipador

e da criatividade, ou seja, adquire aspectos que alienam o ser social aos pressupostos da reprodução do capital e da transformação do valor em mercadoria. Por isso a obra de Marx (2015), enfatiza a recusa ao trabalho alienado, que explora e adoce o trabalhador e as buscas pelo trabalho humano e seu potencial emancipador.

Por isso, parte-se que o trabalho é a categoria fundante do homem e o que Marx (2015) apresenta como conceito e definição ao afirmar que o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, que por sua própria atividade controla e regula sua interação com a natureza. A sociedade não existe sem a natureza, e sua existência se deve a ela, dessa forma, não existe reprodução social sem que ocorra a transformação da natureza em cada sociedade. Ela é algo anterior e nenhuma forma de sociedade seria possível se não dispusesse dos meios de subsistência e meios de produção que ela oferece.

O trabalho está na base da transformação material visando a superação de necessidades humanas. É através dele que se originam os bens e a riqueza econômica, constituindo-se no próprio modo de ser e agir dos homens, uma vez que a transformação da natureza se constitui nas “... condições materiais de existência e reprodução da sociedade” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 42), ou ainda, é a satisfação das necessidades pessoais dos homens e mulheres para viverem em sociedade.

Esta transformação da natureza, que chamamos de trabalho, é diverso das atividades naturais de sobrevivência de espécies animais, pois desenvolveu ao ponto de romper com este padrão natural das atividades, pois os animais atuam diretamente sobre suas necessidades estabelecidas como, por exemplo, “... as abelhas nascem ‘programadas’ para construir colmeias e recolher

o pólen” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 42) e o homem, possui capacidade teleológica.

Por isso, para Marx (2015), o trabalho é categoria central, fundamento ontológico do ser social, criador de valores de uso e indispensável à existência humana, permitindo o desenvolvimento de capacidades essenciais para a realização das suas atividades vitais, as mediações. Elas foram “... conquistadas no processo histórico de sua autoconstrução pelo trabalho. São elas: a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade” (BARROCO, 2010, p. 26) e diferenciam o ser social dos demais seres da natureza.

A condição ontológico-social do trabalho dá ao homem a condição de universal e sócio-histórico, não sendo mais “... obra de um indivíduo, mas da cooperação entre os homens... Responde a necessidades sócio-históricas, produz formas de interação humana como à linguagem, as representações e os costumes que compõe a cultura” (BARROCO, 2010, p. 26).

O trabalho, ontologicamente concebido, faz o homem conhecer a natureza e a valorar os objetos em seu desenvolvimento, e nessa perspectiva, é a gênese da consciência humana, visto que por meio dele, os seres constituem-se sociais agindo racionalmente e conhecendo a realidade aos quais estão inseridos, apreendendo a sua própria existência como produto de sua práxis, transformando suas necessidades em novas possibilidades. Segundo Barroco (2010), o trabalho torna o homem sujeito construtor de si mesmo e da sua história, uma vez que por meio dele, pode agir teleologicamente.

Ocorre que o modo de produção capitalista impossibilita a realização ontológica do trabalho, desenvolvendo e aperfeiçoando formas de doutrinação para a sua realização, cada vez mais afasta-

das do seu potencial emancipador humano. O assalariamento efetiva a transformação do ser social em mercadoria, visto que a força de trabalho humana passa a ter um equivalente de valor. Esse processo que aliena o ser social de seu potencial criador aperfeiçoa-se com o desenvolvimento capitalista.

O trabalho na produção capitalista e a saúde dos trabalhadores

O capitalismo em suas diferentes fases apresenta a capacidade de reproduzir-se e ampliar-se. Nos últimos 40 anos, os espaços de produção sofreram várias mudanças, aperfeiçoando-se a automação e os modelos de gestão, o que ocasionou diversas alterações nas relações de trabalho, o que também afeta a saúde do trabalhador. Estas mudanças ocorreram com as inovações tecnológicas e, paralelas a elas, modificaram-se as doenças do trabalho, nos diversos ramos da indústria produtiva. A automatização aliviou em vários segmentos a carga física do trabalho, mas exigiu maior destreza das mãos dos trabalhadores.

Em várias situações, o esforço físico passou a ser mais leve, o que possibilitou o aperfeiçoamento dos mecanismos de repetição dos movimentos do trabalhador e o aumento da velocidade das máquinas. Isso além de favorecer a ampliação do lucro da empresa, pois o mesmo trabalhador produz mais do que produzia anteriormente, gera a sobrecarga em alguns segmentos do corpo, ampliando a exploração do trabalho vivo.

A intensificação da exploração da força de trabalho gera o aumento do desgaste da saúde do trabalhador, “há um conjunto de inseguranças nas relações de trabalho que provocam mal-estar físico

e mental à classe trabalhadora” (LARA, 2011, p. 80), e isto ocasiona uma competitividade entre os próprios trabalhadores, aumenta as tensões psicológicas e ainda acarreta em distúrbios mentais e lesões em seus músculos e tendões.

Como parte do processo de reestruturação produtiva, as indústrias implementaram medidas para reduzir os custos de produção e, assim, aumentar os lucros. A produção se reorganizou com a adoção de novos equipamentos, o melhoramento qualitativo da matéria prima utilizada e a flexibilização do trabalho e das relações de trabalho e a implementação de técnicas de qualidade dos produtos. Com isso aperfeiçoaram-se os mecanismos de exploração do trabalho, o que gerou o aumento das doenças do trabalho, o que chama cada vez mais a atenção de pesquisadores especializados na saúde do trabalhador. Isso se dá, também, devido o aumento de doenças causadas pelo esforço repetitivo que o trabalhador realiza durante a sua jornada de trabalho. Assim, “... o trabalho é determinado pelo processo de produção, no qual acidental e adoecer são resultantes de relações sociais em que o trabalhador torna-se apêndice da máquina”. (LARA, 2011, p. 78).

Os agravos à saúde do trabalhador ocorrem historicamente e são desenvolvidos em decorrência do crescimento econômico e da grande diversificação de produtos existentes. No Brasil, o setor de beneficiamento e de produtos de carne evoluiu muito nestes últimos anos. Ocorreu à intensificação das atividades frigoríficas, o aumento das unidades fabris e a formação de grandes grupos, e também, o aumento dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

O setor de processamento e produção de carnes cresce a partir da década de 1990, no contexto da reestruturação produtiva e de expansão do neoliberalismo. O mercado de trabalho não exige dos

trabalhadores escolarização mínima, mas a disponibilidade de flexibilização do horário de trabalho em abates extras e a realização de horas extras, contribuindo para a contratação e a permanência nos postos de trabalho. Para isto, as empresas frigoríficas exigem dos trabalhadores boas condições de saúde e disposição para aguentar a rotina e o ritmo de trabalho, das tarefas repetitivas e insalubres.

Os frigoríficos, de modo geral, apresentam características similares no seu processo de trabalho, uma vez que sua atividade principal é o processamento de carnes de aves, bovinos ou suínos. Todos têm em seu processo de trabalho o abate de animais e no estudo em questão, o abate de frangos. Estas características similares pressupõe a presença de sangue, fezes, poeira, processo de produção com excesso de água e ambientes frios, com temperaturas abaixo de 10°C na maioria das áreas e em outras, o excesso de calor. Os ambientes de trabalho constituem-se em construções fechadas, com poucas janelas e sem condições de visibilidade da área externa. O trabalho é organizado por turnos, quando os trabalhadores desempenham as tarefas, cada qual em seu posto de trabalho, cada um desenvolvendo uma função no processo, como o corte ou a embalagem e isto exige atenção constante durante as horas trabalhadas.

As condições de trabalho nos frigoríficos são inconciliáveis com a saúde do trabalhador, pois são solicitados pelo rápido ritmo da produção e sobrecarga muscular, além de outros fatores que cotidianamente estão presentes em suas rotinas de trabalho. Ocorre a predominância do Sistema Taylorista-Fordista de produção, com atividades fixas e só ocorre a mudança de atividade quando os trabalhadores são ‘emprestados’ a outras supervisões por falta de trabalhadores ou por excesso de produção. Os salários são baixos em média, o valor do

salário pago aos seus trabalhadores na admissão é de R\$ 965,68 e a gestão do trabalho procura a todo o momento reduzir o tempo morto.

Ocorre a fragmentação da produção para atividades mais simples, em que o trabalhador passa a executar movimentos simples e padronizados, mas com ritmo intenso ditado pela linha de produção. Dessa forma, as principais características do trabalho em frigorífico são a repetição, a pressão por produtividade, a monotonia, o frio em excesso, a umidade, o sangue dos animais, o manuseio de facas, o pouco espaço entre um trabalhador e outro; a posição em pé, estática e o olhar fixo no produto, o que exige a atenção constante para não deixar passar nenhum produto.

Ou seja, a forma como se realiza o trabalho e como ele repercute na saúde de seus envolvidos, intriga os estudiosos, os sindicalistas e os profissionais que atuam com os trabalhadores. Estes sem as condições de trabalho adequadas, sem oportunidades de realizarem outros trabalhos, com familiares que depende de seu assalariamento, mesmo com os primeiros sintomas de dor e de doenças, continuam realizando os trabalhos em locais e condições degradantes. Assim, ante esse panorama prejudicial à saúde do trabalhador, as empresas estão deixando a desejar nesse aspecto, quanto ao ambiente adequado de trabalho, pois como bem lembra Dejours (2015) a saúde do corpo está relacionada às condições de trabalho, tanto as condições físicas (temperatura, pressão, barulho, vibração, irradiação, altitude etc.), ambiente químico, mas também às condições biológicas, de higiene, de segurança e as características ergonômicas dos postos de trabalho.

A exposição diária à mesma atividade, aliada ao trabalho estático que prejudica a saúde, ocorre também a imposição de “metas

sobredimensionadas que levam a sobrecargas psicofisiológicas que interferem em suas capacidades sensitivas, motoras, psíquicas e cognitivas” (OLIVEIRA e MENDES, 2014, p. 4630), a postura inadequada e o equilíbrio do corpo, e a exigência da coordenação motora para a execução de movimentos cotidianos e diários.

Visando o lucro e a redução de gastos, os frigoríficos têm um quadro de ocupação ‘enxuto’, ou seja, operam com o menor número de trabalhadores, o que exige mais esforço do trabalhador, levando ao adoecimento pelas condições em que se realiza o trabalho, o que leva ao seu afastamento dos locais de trabalho. Levando-se em consideração esses aspectos, o processo de produção organiza a vida social do trabalhador e através dele ocorre também o aumento das doenças físicas e mentais, que afastam os empregados dos seus postos de trabalho. Esse processo de afastamento do trabalho traz outras questões que muitas vezes repercutem nas atividades sociais, abrindo outra luta aos trabalhadores que, uma vez doentes, ficam também sem a atenção das políticas da seguridade social.

As buscas pelo enfrentamento ao adoecimento e as dificuldades geradas pela não efetividade da política de saúde do trabalhador

Os dados levantados nas entrevistas demonstraram o perfil das seis mulheres com baixa escolarização, uma vez que a maioria possui apenas o ensino fundamental completo e apenas uma tem o ensino médio completo.

Pode ser percebido por meio da fala das trabalhadoras entrevistadas que as profissões anteriores ao trabalho no frigorífico eram informais: “Eu secava carro, aqui no lavador de carro” (Rosa); “Nós

era avicultor, tinha aviário, e eu ajudava” (Lírio); “Eu era dona de casa” (Cravo); “Eu fazia limpeza, lavava a roupas, essas coisas assim” (Violeta). Por isso, o emprego no frigorífico objetivava para elas, a possibilidade do emprego formal, com a garantia de direitos e benefícios. O tempo médio de trabalho delas no frigorífico, antes do afastamento era de 4,6 anos de trabalho, fato que vai ao encontro com a média nacional em que os trabalhadores de frigoríficos adoecem com 5 anos de trabalho.

São mulheres, casadas e possuem filhos, além de trabalhar “fora de casa”, são também “donas de casa” e responsáveis pelas tarefas domésticas, dos filhos e do esposo. Isso as coloca na condição de serem duplamente exploradas, ou seja, pelo capital com seu trabalho intenso e produtivo no frigorífico e com as suas atividades domésticas não remuneradas, que são vistas como se fossem “naturalmente” atribuição feminina, como se fora extensão de seus corpos. Ainda há de se considerar, que as pesquisadas estão na fase da maturidade da vida produtiva, em média aos 45 anos de idade.

Quando questionadas sobre como aconteceu o processo do adoecimento, as entrevistadas relacionam com as condições de realização do trabalho no frigorífico, relatam o ritmo (velocidade) e os movimentos repetitivos do trabalho realizado, o barulho das linhas de produção e do ambiente, assim como, a exigente atenção ininterrupta durante horas trabalhadas. Afirmam que adoeceram dentro do frigorífico: “Eu adoeci lá dentro. Eu adoeci lá... os movimentos repetitivos acelerou a doença, eu sentia muita, muita dores nas mãos.” (Orquídea).

Sobre as causas de seus afastamentos do trabalho, segundo os seus relatos, quatro trabalhadoras entrevistadas tiveram o afastamento motivados por lesões em seus tendões e músculos dos

braços, mãos e pulso e duas se afastaram por transtornos mentais. As doenças psicológicas, assim como as físicas, segundo Dejours (2015) vêm do sofrimento do trabalho, do processo de produção e de organização do trabalho. Os trabalhadores passam a conviver com a dor e isto, para Gaedke e Krug (2008), se torna uma fonte de sofrimento e uma possível causa para desencadear os quadros depressivos nas trabalhadoras. Alguns sentimentos são semelhantes quando se depara com tais doenças, entre eles a ansiedade, a vontade de sair do ambiente fechado, a sensação de sufocamento, a dormência e a cansaça.

Os relatos das entrevistas podem aferir que tais sintomas de estresse e ansiedade foram ocultados pela ingestão de calmantes e que se agravou com o passar do tempo. Combinam-se sofrimento físico e mental, decorrentes das condições de trabalho: “... no caso começou com a dormência nas mãos e aquela cansaça que eu tinha nos ombros, e daí eu ia no médico e o médico dava calmante, até que estourou uma bursite e o tendão rompeu” (Lírio). Hoje ela necessita usar medicação para o tratamento psíquico e também para conter as dores físicas. Sintomas semelhantes foram vividos por Antúrio e Rosa, que afirmaram terem vivenciado crises de ansiedade, estresse, sensação de sufocamento e de não quererem permanecer no local de trabalho.

Tornou-se indiscutível que o adoecimento é devido às condições de trabalho impostas pelos frigoríficos e que o sofrimento é mental e físico, uma vez que a própria concepção de saúde dos trabalhadores daí emerge, sendo que as entrevistas realizadas com as trabalhadoras afastadas do Frigorífico Dois Vizinhos, também reafirmam tais dados. O cumprimento da Política de Saúde do Trabalha-

dor pelas unidades frigoríficas poderia gerar mecanismos para amenizar os riscos de adoecimento e as causas de acidentes de trabalho.

As trabalhadoras passam a vivenciar o isolamento, com pouco contato com seus colegas de trabalho, tornando-se a família (e quem sabe a igreja) os únicos contatos. Até mesmo os tratamentos de saúde que deveriam estar fazendo para tentar melhorar suas condições não fazem as trabalhadoras saírem de casa, aumentando ainda mais o isolamento social. Orquídea relata os diferentes tratamentos de saúde que fez e deixa claro sua percepção do quanto fazia bem o fato de sair de casa, mesmo que fosse para ir às sessões de fisioterapia. Entretanto, observam-se significativas mudanças nas atividades de lazer e até pode-se afirmar, a não existência desses momentos em ocorrência do adoecimento, “... pode-se perceber que o lazer, como momento de descontração, em que as pessoas fazem aquilo de que gostam e sentem prazer em realizar, foi excluído de suas vidas, trazendo conseqüências negativas para os seus relacionamentos.” (GAEDKE e KRUG, 2008, p. 126).

Uma vez doentes e afastadas do frigorífico, permanecem doentes, na condição “quase natural de dona de casa”. Elas continuam com os afazeres domésticos, o que exige delas, encontrar estratégias para enfrentar as atividades de rotina que lhes são colocadas em casa e pelos familiares. No que diz respeito às perspectivas de vida, em seus relatos, demonstraram não acreditar que possam ter melhora na saúde, nem que poderão voltar a realizar atividades que antes realizavam, pois as sequelas que trazem consigo do adoecimento tornaram-se crônicas e são irreversíveis. Assim, a doença leva a um sentimento de perda de vitalidade e acaba contribuindo para a depreciação da auto-estima, aguçando os conflitos, tanto no âmbito profissional, quanto no familiar e doméstico.

Somados a todos esses sintomas e situações, as trabalhadoras afastadas enfrentam as repercussões financeiras que o adoecimento causa. Várias apontam os gastos financeiros com o tratamento, desde as consultas médicas, a realização de exames que não são cobertos pelo plano de saúde, os custos de deslocamento de transporte e para a compra dos medicamentos. Percorrem a rede de serviços assistenciais de saúde, entre idas e vindas a médicos e serviços em cidades vizinhas, a fim de encontrar soluções, pois no município não encontram as especialidades que necessitam.

Reconhecem que estão doentes e que não recebem outra ajuda a não ser o plano de saúde da empresa, “... o plano de saúde e eu tenho que pagar a mensalidade neh, eu nunca ganhei um comprimido, nunca ganhei nada, então o que eles me tratam, eu sou uma isenta pra eles... (Lírio); “...único problema é que a gente não tem direito a nada, é só o Plano e ainda precisa pagar...” (Violeta), não tendo direito a outros benefícios que a empresa disponibiliza, como o auxílio alimentação que mensalmente os trabalhadores que estão na ativa recebem.

Com isso, percebe-se que o trabalho no frigorífico adocece os trabalhadores e que após afastados de seus postos de trabalho ficam desamparados, o que confirma que os trabalhadores são descartáveis, ou seja, interessam a empresa enquanto tem força e vitalidade e após, como mercadoria podem ser substituídos a qualquer tempo, confirmando a coisificação do ser social, vez que devem estar disponíveis para atender as necessidades da produção. O cancelamento dos benefícios é uma das primeiras medidas da empresa quando o trabalhador adocece, o que atinge a renda familiar, pois enfrentam várias dificuldades vivenciadas após o afastamento do trabalho.

Em relação ao reconhecimento donexo causal entre trabalho e doença, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) caracteriza a doença não individual, mas como risco do setor frigorífico, correlacionado a doença ao trabalho desenvolvido. Ocorre que os médicos do trabalho da empresa mensalmente enviam ao INSS respostas a processos discordando e negando os benefícios que o órgão concedeu aos trabalhadores enquanto ocupacionais, ou seja, possuem relação com o trabalho. Se o afastamento for caracterizado por doença do trabalho, a empresa precisa mensalmente depositar o valor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) deste trabalhador.

Há exemplos, como o de uma participante da pesquisa que teve diferentes tipos de benefícios em dois anos: **B-91** (Auxílio Doença em relação com o trabalho), para **B-94** (Auxílio-acidente por acidente do trabalho) para por último **B-31** (Auxílio doença sem relação com o trabalho). Isto ocorreu devido aos pareceres dos médicos da empresa que fizeram a defesa de cada caso ao INSS, negando a relação do adoecimento com o trabalho. Desta forma, a trabalhadora que teve o reconhecimento de que a doença se relacionava ao trabalho, após as defesas e alegações da empresa, teve seu benefício resumido ao auxílio doença e vários direitos negados.

Ocorre que com as defesas da empresa, a maioria dos auxílios doenças em relação com o trabalho se transforma em auxílios doenças sem relação com o trabalho passando a descaracterizar a relação donexo causal entre adoecimento/trabalho, ou seja, os médicos se recusam a admitir a concausa, em casos de doenças degenerativas em que a doença iria se manifestar de qualquer maneira, mas que os movimentos repetitivos contribuíram para o seu desgaste e a anteciparam.

Isto faz com que as trabalhadoras não usufruam os direitos, pois, nas situações em que ocorre a decisão médica de peritos que estabelecem o nexo da doença com o trabalho, a empresa passa a ser responsável pelo tratamento do trabalhador, devendo depositar o FGTS, e arcar com os custos do tratamento, dos exames e das consultas e conceder os benefícios como se estivesse trabalhando. É o caso do auxílio alimentação, do kit de produtos e do material escolar aos filhos (alguns dos benefícios que a empresa oferece aos trabalhadores).

Com essa condição, as trabalhadoras demonstraram desejo de retorno ao trabalho, pois se sentem incomodadas em ficar em casa e sem condições de realizar o tratamento e com alguns benefícios suprimidos. Algumas solicitam alta médica ao INSS e ao frigorífico. Rosa relatou que pediu ao INSS para liberá-la para o trabalho, o que ele atendeu, mas quando chegou ao médico do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) da empresa, seu pedido não foi aceito, argumentando que ela representaria risco para os demais trabalhadores do setor de produção que ela estivesse. Outras mulheres afirmam que se tivessem condições de retornar ao trabalho, teriam voltado, pois nunca foram de procrastinar no trabalho, “Se eu pudesse trabalhar já tinha voltado, eu nunca fui de enrolar, nunca fui de não trabalhar, porque se não, não tivesse tudo isso de contribuição” (Lírio).

Outras trabalhadoras julgam não estar em condições de retornar ao trabalho em frigorífico, conforme Lírio “Como que eu vou trabalhar numa empresa que nunca para um minuto, que precisa trabalhar 8 horas e 40 minutos sem poder parar para aliviar a dor”. Entretanto, que mais chama a atenção é ser comum também a ameaça

de demissão, pois conforme depoimento de Lírio, as demais colegas que estavam afastadas do trabalho por dores e que retornaram foram demitidas. Indaga ela: “Como vou trabalhar numa empresa com todos esses problemas? não tem como!” (Lírio).

Diferentes questões como o relato de Orquídea que expôs haver médicos peritos do INSS que a afirmaram, enquanto ela mexer as mãos ela possui condições de trabalhar, pois ainda possui os movimentos. Pergunta-se: Como afirmar que enquanto mexer as mãos possui condições de trabalhar? Orquídea relatou os laudos de exames que comprovam a doença, as dores que sente, os movimentos que não conseguem realizar, as tentativas de reabilitação como fisioterapia, reeducação da postura, pilates, entre outras, todas sem êxito.

O auxílio doença tem o objetivo de proporcionar ao trabalhador adoecido condições para sua reabilitação profissional, visando a posterior reinserção no mercado do trabalho. Identificou-se na pesquisa, que a reabilitação profissional não acontece na maioria dos casos, seja pelo fato do INSS não ter esse programa de reabilitação no município de Dois Vizinhos, ou porque a empresa também não dispõe do programa, não tendo outros postos de trabalho para oferecer aos trabalhadores adoecidos.

Quanto ao atendimento realizado pelo INSS, as trabalhadoras relataram que há demora nos atendimentos para a realização da perícia médica e também ocorre a omissão médica de peritos que analisam os exames apresentados. Segundo os relatos de Orquídea e Lírio, os peritos que as atenderam não examinaram os exames apresentados, simplesmente liberando-as para o retorno ao trabalho. As trabalhadoras ainda argumentam que pedem para os peritos olharem seus exames, mas que estes se negam e as repreendem

quando questionados, vemos no relato de Orquídea: “... eu falei se você olhar vai ver o meu problema, aí ele falou que não sabia nada e respondi que alguma coisa ele deveria saber, senão, não estaria sentado ali. Me reprovou na hora, mas puxa vida, ele nem olha meus exames” (Orquídea).

Com relação aos vencimentos, no caso do afastamento pelo adoecimento, há longa espera para a realização da perícia, quando permanecem sem receber o salário. Também ocorre a reprovação da perícia médica e então, nessas situações, não recebem da empresa ou do INSS, pois, supostamente encontram-se aptas ao exercício do trabalho e os médicos examinadores não as autorizam ao retorno. Antúrio relatou como foi para ela esta situação: “... ali é complicado, não pelo atendimento, mas pela demora neh, demora para fazer a perícia, para receber, dois ou três meses sem receber. Ir prá outras cidades fazer a perícia.” (Antúrio).

Foi notável durante a realização das entrevistas os aspectos que denunciam a ausência de responsabilidade institucional, tanto da empresa quanto do INSS, pelo período em que as trabalhadoras estão afastadas do seu trabalho e que ficam sem receber salário. Pode-se citar como exemplo a situação de Lírio: “Tô cinco meses sem receber do INSS. Eu já fiquei várias vezes sem receber do INSS e da empresa, uns 10 meses sem receber, eles cortam. Daí até você recorrer de novo, eles não pagam o que ficou prá trás, até você marcar uma perícia são 60 ou 90 dias, esse prá trás não pagam” (Lírio). Essa é uma situação ocorrida com a maioria das trabalhadoras que adoecem e não tem condições de saúde para retornar ao trabalho, conforme Antúrio também relatou: “... o INSS reprovou daí ninguém se responsabiliza e daí eu não voltei (a trabalhar), ficou parado por

causa da greve e daí eu fui prá justiça e me reprovaram. Na justiça não ganhei nada. Daí não recebi, nem da empresa e nem do INSS e fiquei 6 meses sem receber” (Antúrio).

Sobre o fato de não obterem aprovação nas perícias médicas, o que as manteriam afastadas do trabalho, e serem forçadas ao retorno sem as condições, três das participantes das entrevistas relataram ter processos judiciais contra o INSS e a empresa frigorífica, devido não receberem auxílio doença e salário. Observa-se um movimento pela busca de direitos, mediante ação judicial, ou seja, a judicialização das relações de trabalho. Esse seria outro tema para investigações, que confirma o que se observou nessa pesquisa.

Conclusão

Com base nos pressupostos teóricos adotados e na investigação realizada, confirma-se que o adoecimento do trabalhador é a expressão da contradição inerente ao capitalismo, visto que o trabalhador interessa à empresa, enquanto possui as condições físicas e as condições técnicas que lhe permitem produzir de acordo com a velocidade e o ritmo da produção. Mesmo assim, o trabalho humano pode também ser dispensado a qualquer momento, a depender dos processos que substituem a sua atividade pela automação.

Uma vez adoecido, o trabalhador é substituído por outro, sem que a empresa se responsabilize com sua saúde e as condições para restabelecê-la. Há outro aspecto, ainda não dito, que é o alerta do ambiente de trabalho, que provoca medo, em contraposição à proteção. O frigorífico de Dois Vizinhos, também lembra a possibilidade permanente da ocorrência de doenças relacionadas ao trabalho, de

acidentes ou incidentes. Há exposto por todos os lados, “... cartazes, sinais luminosos, alarmes sonoros e visuais, presença de capacetes, máscaras, luvas, destinadas principalmente a estimular a atenção – provocando medo, justamente – mais do que constituir uma verdadeira proteção.” (DEJOURS, 2015, p. 86).

A partir das narrativas das trabalhadoras, afirma-se que os processos de adoecimento físico e mental tem estreita relação com as condições em que o trabalho se realiza, trazendo uma série de consequências como o afastamento do trabalho, o que gera transtornos na vida cotidiana e familiar. O acesso ao tratamento da doença nem sempre é realizado em seu município, assim como a realização da perícia médica no INSS, exigindo deslocamento a municípios vizinhos, o que gera gastos às trabalhadoras. Não há no município em que se localiza o frigorífico, ações institucionais do Estado ou da empresa em favor da reabilitação profissional e, também por isso, muitas vezes, os trabalhadores afastados não retornam ao mercado de trabalho.

O desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, incorporou ao trabalho novas formas de precarizações e alienações, acentuadas pela flexibilização do trabalho e dos contratos de trabalho. Além disso, ocorrem retrocessos nos direitos que regulam o trabalho e da saúde do trabalhador, que repõem condições que supostamente deveriam estar superadas. Distancia-se cada vez mais o pressuposto ontológico de realização humana pelo trabalho, vez que a coisificação do ser social pelo assalariamento se faz agora, sem condições de sociabilidade que constituam sujeitos coletivos que possam estabelecer confrontos com os mecanismos de reprodução do capital. O trabalho vivo pertence aos homens, entretanto, cada vez mais o trabalhador deixa de ter o domínio da totalidade do processo de tra-

balho. A fragmentação do trabalho e os contratos precários acentuam a dominação e a exploração a que estão submetidos.

Ou seja, trabalho humano/vivo, com o desenvolvimento das tecnologias contemporâneas, vem sendo cada vez mais subsidiário aos processos de trabalho, que passam a ser regidos por processos microeletrônicos e pelos computadores. Mesmo que seletivo e exigente de qualificação, continua sendo essencial, pois quem opera as máquinas e os computadores são os humanos. O sistema capitalista empresarial privado cada vez mais repõe a precariedade ao trabalho e as poucas alternativas que o homem/mulher com baixa qualificação tem para o trabalho, com as exigências formais do mercado de trabalho, tornam-se cada vez mais escassas. Esse processo acentua o desemprego estrutural e a responsabilidade do Estado em suprir as necessidades daqueles que não encontram condições para o trabalho. É isso que justifica, uma parte dos intelectuais apontarem como alternativa a transferência de renda universalizada.

A partir das narrativas das participantes desta pesquisa, pode-se afirmar que é imprescindível que se leve em consideração não apenas as lesões e doenças do corpo, mas acima de tudo, das doenças psicossociais, da subjetividade do trabalhador, assim como dos mecanismos de ampliação da sociabilidade e do exercício político que os trabalhadores se encontram, aprofundando assim o entendimento e a compreensão dos processos de adoecimento, bem como as doenças.

Referências bibliográficas

BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de Psicopatologia do Trabalho*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

GAEDKE, Maria Ângela; KRUG, Suzane Beatriz Frantz. Quem eu sou? A identidade de trabalhadoras portadoras de LER/DORT. *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre v. 7 n. 1 p. 120-137. jan./jun. 2008.

LARA, Ricardo. Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 78-85, jan./jun. 2011.

MARX, Karl. *O capital: Crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, Vol. 1, 2015. p. 113-599.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Paulo Antonio Barros; MENDES, Jussara Maria Rosa. Processo de trabalho e condições de trabalho em frigoríficos de aves: relato de uma experiência de vigilância em saúde do trabalhador. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 12, p. 4627-4635, dez. 2014.